

Estimados(as) cursistas,

Gostaríamos de apresentar a vocês alguns pontos importantes da discussão que tem norteado a educação inclusiva no Brasil. Para isso, separamos breves tópicos que podem ajudá-los(as) a constituir um ponto de partida e pesquisa acerca dessas pontuações.

Destacamos que este texto é apenas norteador e provocador de novas questões. Apresentamos algumas dicas de filmes, textos e links que podem enriquecer ainda mais essa discussão, mas ressaltamos que não são atividades obrigatórias para esse tópico do módulo IV e sim sugestões que podem ser acionadas no momento mais pertinente da sua formação e desejo. O importante é que vocês possam ter essas informações disponíveis à problematização no fórum ou para um outro momento pedagógico.

Para encerrar salientamos que as questões trazidas aqui refletem um momento histórico e podem ajudá-lo(a) a pensar uma prática na educação de jovens e adultos que considere a diferença e a diversidade dos alunos. Estamos disponíveis para socializarmos mais materiais e, por meio do(a) seu(sua) tutor(a), enriquecer a discussão desse tópico.

Um abraço fraterno e esperamos nos encontrar na luta por uma educação cada dia mais preocupada com a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Amaralina Souza e Fátima Rodrigues

Educação Inclusiva: um desafio para a educação de jovens e adultos

Amaralina Miranda de Souza
Fátima Lucília Vidal Rodrigues¹

A atual política nacional de educação especial/inclusiva tem seguido as indicações da Declaração de Salamanca² (1994) e o principal movimento no Brasil é para garantir espaços de aprendizagem e inclusão aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) nos diferentes sistemas educacionais. A Educação de Jovens e Adultos, nesse contexto, se configura como alternativa aos alunos acima dos catorze anos e o desafio que se coloca é como garantir aprendizagem, socialização e permanência em seus espaços com o acionamento de recursos e adaptações necessários a essa implementação.

¹ Doutoradas em Educação

² Esta Declaração será revista e problematizada ainda neste mês de outubro (2009), em Salamanca, na Espanha. A intenção é rever as linhas de ação e ouvir os diferentes países, quinze anos depois da sua proclamação.

Iniciemos com alguns conceitos que serão úteis ao entendimento desse momento histórico. A construção dos conceitos que norteiam a nossa prática está diretamente ligada à história, à produção legal de um país em torno de uma política pública e, particularmente, aos movimentos de seus pares na efetivação de novos paradigmas históricos. Todos nós temos a responsabilidade de estarmos atentos às mudanças propostas pela educação especial/inclusiva no Brasil. Muitos países estão mais avançados e outros ainda seguem defendendo posições absoletas no que diz respeito ao reconhecimento do outro com deficiência e seus direitos de cidadão. Vamos ver juntos(as) alguns conceitos que podem fazer eco no debate acerca da caracterização da educação especial, ressignificando esse conceito e enriquecendo a nossa forma de olhar e trabalhar pedagogicamente com esse outro que nomeamos “pessoa com necessidades especiais”.

1. Conceitos importantes para pensarmos uma prática inclusiva na Educação de Jovens e Adultos

1.1. Desenvolvimento Inclusivo

Atualmente um novo enfoque tem surgido nas discussões e atuações dos diferentes agentes sociais: o conceito de desenvolvimento inclusivo. Esse enfoque “visa possibilitar a construção de ações, programas e políticas públicas abrangentes e para todos, ao invés de favorecer projetos isolados e pontuais para setores específicos da sociedade” (MERESMAN [et ali, 2008, p.14](#)). A idéia é valorizar e potencializar as ações de ampla aprendizagem, riqueza em sua trajetória e enriquecimento das lideranças sociais no que tange a construção de sociedades realmente inclusivas. Cabe ressaltar que essas ações estão ligadas a organizações civis e governamentais vinculadas às pessoas com deficiência.

O Instituto Interamericano sobre Deficiência & Desenvolvimento Inclusivo mantém uma série de listas de discussões sobre a temática do Desenvolvimento Inclusivo. Caso você queira acompanhá-las é só acessar:

- discapacidadyderechoshumanos@grupos.yahoo.com
- desarrolloinclusivo@gruposyahoo.com.ar

O Desenvolvimento Inclusivo tenta harmonizar os diferentes modelos sociais existentes e valoriza as diferenças e a diversidade na construção de uma sociedade melhor. É um conceito que reconhece uma dívida de muito tempo com os povos mais pobres, com as pessoas com deficiência e com todos aqueles que sempre estiveram à margem da cidadania nacional e planetária. Implementar esse conceito significa procurar a "igualdade de oportunidades e direitos para todas as pessoas – independentemente de status social, sexo, idade, condição física ou mental, raça, religião, orientação sexual etc – em equilíbrio com o meio ambiente" (MERESMAN et ali, 2008, p.23).

1.2. Representação Social

As representações sociais são elementos simbólicos expressos pelas pessoas de várias formas. Suas palavras, suas ações refletem o que sentem e pensam e, por isso, circulam socialmente por meio de imagens e até das mensagens veiculadas. A percepção do sujeito diante das mais diferentes situações cria uma espécie de código de nomeação e classificação dos aspectos que formulam a sua opinião acerca do objeto, das pessoas, das situações pelas quais ele passa ou é provocada a olhar. A teoria de [Moscovici \(2005, p.31\)](#) diz que uma representação social é "um sistema de valores, idéias e práticas, com dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-los, em segundo lugar possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade".

1.3. Alteridade

A palavra Alteridade tem o prefixo *alter*, do latim e é um conceito que existe porque o outro existe. É a experiência mais radical de nos colocarmos no lugar do outro. O homem interage e interdepende do outro. Como diz Gilberto Velho (1996, p.10): "[...] eu apenas existo a partir do outro, da visão do outro, o que me permite também compreender o mundo a partir

de um olhar diferenciado, partindo tanto do diferente quanto de mim mesmo, sensibilizado que estou pela experiência do contato.”

Se pensarmos que o mundo sempre seguiu uma lógica desenvolvimentista, perceberemos que nós nos tornamos uma espécie de seguidores da homogeneidade e que a diferença sempre foi uma marca de descompasso e não de singularidade. Nosso olhar em direção ao outro é de procurar o que temos de igual e não o que temos de diferente. Como podemos viver assim a tantos séculos?

Mudamos o discurso nos últimos anos, hoje falamos em tolerar, respeitar, aceitar, mas esses verbos são passivos e carregam uma marca superficial de naturalização da diferença. O que nós precisamos é mudar, não só nossas cabeças, mas nossos corações e, de fato, perceber o quanto a diferença é natural e pode ser muito positiva em nossa vida particular, social e produtiva.

Muitos autores têm trabalhado o conceito de Alteridade, entre outros, podemos destacar:

- ◆ Michel de Montaigne
- ◆ Tzvetan Todorov
- ◆ Emmanuel Lévinas (está no cerne do debate sobre a alteridade, os fluxos migratórios e a identidade pós-moderna)
- ◆ Maurice Blanchot (não deixem de ler da sua obra: a noite e o “neutro”, a escritura, a poética de “testemunho”, e a alteridade)

Pense nisso...

◆ *Alteridade e experiência andam juntas na construção de uma ética que vive o outro, sem colonizá-lo.*

1.4. Resiliência

Você já deve ter escutado alguém dizendo: “ele (a) é muito forte, é capaz vencer todos os obstáculos e dificuldades”. Essa capacidade de superação, conforme coloca o senso comum, é o que em outras palavras chamamos de

resiliência. Ser resiliente é ser capaz de superar desde um simples problema no trabalho até nossas grandes perdas familiares ou sobreviver psiquicamente a uma catástrofe natural, por exemplo. A partir da década de oitenta os autores têm defendido que a resiliência pode transcender os aspectos individuais e ser uma dimensão das instituições formadoras de cidadania, como por exemplo, a escola. Essa instituição pode e deve ser um espaço de enriquecimento da resiliência social e individual. Identificamos algumas características da resiliência:

- Flexibilidade
- Fortalecimento dos vínculos
- Peculiaridades em relação ao gênero, nível socioeconômico, fatores de proteção integral.



<http://images.google.com.br/images?hl=pt-BR&q=resili%C3%Aancia&btnG=Pesquisar+imagens&gbv=2>

1.5. Inclusão

A inclusão é um conceito que tem sido cunhado e defendido em sua radicalidade ao longo das últimas décadas no mundo e no Brasil. Se pudéssemos eleger os principais paradigmas do século XXI, com certeza, a Inclusão Social de Todos seria um deles, juntamente com as questões de gênero, ecológicas, étnicas e geracionais. Inclusão vem do verbo incluir, do latim *includere*, que quer dizer conter em, compreender ou participar de algo. A noção mais importante da inclusão é a noção de pertencimento, ou seja, de cada pessoa sentir-se dentro e em seu lugar, sem desconforto ou

sensação de que alguma coisa não está bem na sua relação com o outro. A inclusão, especialmente a escolar, deve garantir aos alunos um lugar de participação, aprendizagem e contribuição com o espaço escolar.

A educação de jovens e adultos abriga uma diversidade muito grande de sujeitos, culturas, religiões, crenças econômicas, raças e costumes. Reconhecer essa diversidade e tentar um movimento educacional que torne a prática docente mais efetiva e qualificada para todos é um desafio para este e para os próximos anos. Os alunos com necessidades educacionais especiais demanda a inclusão na escola e no trabalho como qualquer outro aluno da EJA. Portanto, incluir é permitir que cada um possa viver a sua opção sem prejudicar o outro, sem emitir juízo de valor sobre o que seja certo ou errado. Importante que você saiba que a discussão da inclusão

A noção de inclusão, por sua vez, institui a inserção de todas as pessoas de forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal". A meta da inclusão é não deixar ninguém fora do ensino regular, desde o começo (MANTOAN, 1997, p.121).

tem impacto e consequência no modelo de governabilidade de cada país, seja diretamente sobre a economia, seja sobre a questão da equidade ou justiça social.

2. História da Educação Especial

Victor de Aveyron
(1798-1828)
O **Selvagem**
foi privado do seu habitat – a selva, em Setembro de 1799.



A educação das pessoas com deficiência se deu a partir de iniciativas médicas. O pioneirismo é francês tendo em Jean Marc Itard (1800) a iniciativa de educação do jovem Vitor, o Selvagem, como era nomeado à época. Muitos outros médicos, conhecidos por todos nós, contribuíram com iniciativas educacionais no campo do

acompanhamento dos sujeitos com deficiência. Entre outros, podemos citar Seguin, Decroly (centros de interesse) e Montessori (material concreto). (JANNUZZI, 2004).

2.1. As fases do movimento histórico que culminou na educação inclusiva

No Brasil a história da Educação Especial passou por várias fases até chegarmos à discussão atual da inclusão. Acompanhe a sequência de fases a seguir para que você tenha uma idéia de como essa passagem foi ocorrendo:

- **Fase da Exclusão:** nesta fase, nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência, que também não recebiam outros serviços. A sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava estas pessoas, então consideradas “possuídas por maus espíritos ou vítimas de sina diabólica e feitiçaria”.
- **Fase de Segregação Institucional:** excluídas da sociedade as “pessoas deficientes” eram atendidas por instituições religiosas ou filantrópicas. Teóricos defendem que foi neste contexto que surgiu a educação especial para crianças. Algumas delas passaram a vida inteira dentro das instituições. Surgiram também as escolas especiais, os centros de reabilitação e as oficinas protegidas de trabalho.
- **Fase de Integração:** esta fase viu surgirem as classes especiais dentro das escolas comuns, o que aconteceu não por motivos humanitários e sim para garantir que as crianças com deficiência não “interferissem no ensino” ou não “absorvessem as energias do professor” a tal ponto que o impedissem de instruir adequadamente o número de alunos geralmente matriculados numa classe.
- **Fase de Inclusão:** países desenvolvidos como os EUA, o Canadá, assim como a Espanha e a Itália, foram os pioneiros na implantação

de classes inclusivas e de escolas inclusivas. Com algumas exceções, boa parte da literatura começa a surgir na década de noventa relatando práticas do final da década de oitenta. Nessa fase ganha força a defesa de uma escola que acolhe a diferença e atende todos os alunos em sala de aula comum.

O Oitavo Dia

Direção: Philippe Godeau (França, 118'. Prêmio de melhor ator no Festival de Cannes 1996 para Pascal Duquenne e Daniel Auteuil)

Sinopse: Harry é uma pessoa normal. Muito normal, apesar de estar sozinho por não saber se relacionar com as pessoas. Tudo o que ele sabe fazer é trabalhar sete dias por semana. Um dia, depois de esquecer de buscar suas filhas em uma estação de trem, começa a dirigir pelas estradas sem rumo e angustiado. Quase atropela Georges, um jovem com síndrome de Down. Harry quer levá-lo de volta a sua casa, mas não consegue se livrar dele. A amizade cresce. Estes dois homens com nada em comum tornam-se inseparáveis e as coisas nunca mais serão as mesmas, para a sorte de Harry.



Para você ter uma breve ilustração de como algumas dessas fases foram e são fortes socialmente, assista, se puder e quiser, ao filme:

2.2. Marcos históricos da Educação Especial no Brasil

As diferentes fases da educação especial foram acontecendo paralelamente aos marcos históricos importantes no Brasil. Vamos salientar, para você, alguns deles que se configuraram como o início de uma política voltada para o atendimento das pessoas com deficiência em nosso país:

Se remontarmos ao período monárquico podemos destacar que as iniciativas educacionais dedicadas às pessoas com deficiência advinham de iniciativas particulares. A inspiração vinha das políticas da Europa e dos Estados Unidos. No século XIX o marco foi a criação de duas instituições públicas para atender alunos cegos e surdos. A primeira foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamim Constant(IBC)), em 1854, e a segunda foi o Imperial Instituto Nacional de Surdos(atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos(INES)), em 1857.

Outras iniciativas importantes:

1874 - Hospital Estadual de Salvador, hoje conhecido como Juliano Moreira;
A partir de 1926 - o surgimento de vários Institutos Pestalozzi
1931 - atendimento às pessoas com deficiência física na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo;
1954 - criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs)
Na década de 50 - aconteceu a proliferação de entidades privadas e o aumento do número de pessoas com deficiências atendidas na Rede Pública de Ensino.

3. Dispositivos Legais: leis, pareceres e portarias relacionadas com a Educação Especial e Inclusiva

A legislação brasileira, no que tange a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, é muito atual e avançada se comparada a outros países da América Latina. Sabemos que a compilação de alguns dispositivos pode parecer um tanto cansativo, mas gostaríamos de convidá-lo(a) a conhecer alguns deles. As leis são necessárias para mantermos uma certa "ordem social" e o acionamento delas pode ser a possibilidade de ratificação dos direitos mundiais de todas as pessoas, inclusive, das pessoas com necessidades educacionais especiais.

3.1. Movimentos mundiais e documentos resultantes

O mundo a partir do final da primeira metade do século passado viveu uma efervescência de movimentos civis e governamentais para garantir os direitos dos cidadãos. Olhe os destaques a seguir e perceba que há um reflexo da história e dos conceitos tratados em nossas duas primeiras aulas nesses movimentos. A intenção, agora, é dar informação e socializar alguns dispositivos legais com você.

Algumas convenções, reuniões e conferências que ocorreram nesse período:

- a **Convenção sobre os Direitos da Criança**, de 1989, das Nações Unidas;
- a **Conferência Mundial sobre Educação para Todos**, de 1990, em Jomtien, Tailândia. Esta conferência teve uma particular importância por ser a matriz da política de inclusão brasileira;
- a **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais**, de 1994, em Salamanca, Espanha.
- a **Reunião dos Ministros da Educação da América Latina e Caribe**, em 1996;
- a **Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**, realizada em 1999, na Guatemala.
- a **Reunião Regional das Américas, preparatória para o Foro Mundial de Educação para Todos**, realizada em San Domingos, em 2000;
- a **VII Reunião Regional de Ministros da Educação**, de 2001, em Cochabamba.
- a **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, em 2006 que objetiva assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

Para refletir...

Percebam que quando há uma organização da sociedade civil em torno de questões comuns, é possível transformarmos velhos conceitos em novas bandeiras! Por isso, não deixe de discutir a relação que você e os outros têm com as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades. Nós somos responsáveis pelas mudanças que virão e os professores são agentes dessas transformações.



Declarações, normas e cartas:

- **1948 - Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU);**
- **1971 - Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (ONU);**
- **1980 - Carta para a década de 80 (ONU);**
- **1993 - Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência(ONU);**
- **1993 - Declaração de Manágua;**
- **1994- Declaração de Salamanca - Princípios, Política e Prática em Educação Especial;**
- **1999 - Declaração de Washington;**
- **2002 - Declaração de Caracas;**
- **2002 - Declaração de Sapporo;**
- **2004 - Declaração de Montreal.**

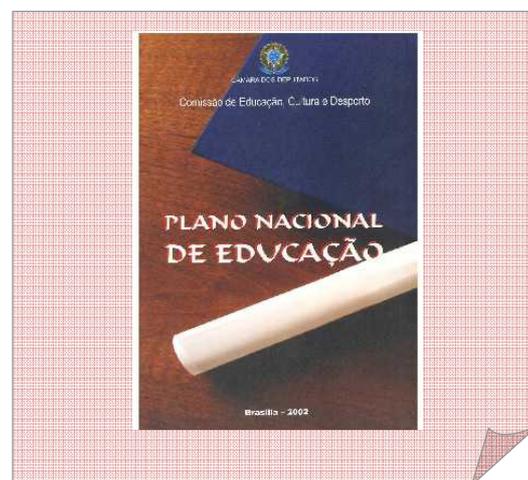
3.2. Legislação Brasileira

As leis brasileiras trazem avanços e alguns movimentos ecológicos – repetindo-se, vez por outra, sem conseguir implementar as suas normativas. Agora, sem dúvida, elas podem nos auxiliar a defender os

direitos dos nossos alunos a uma escola mais igualitária e equânime. Destacamos a seguir algumas leis e decretos importantes:

- **1988 – Constituição Federal (CF);** Destacamos especialmente os artigos 5 (afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade), o 203 (trata da assistência social a quem precisar), o 208 (versa sobre o atendimento educacional para as pessoas com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino) e o 227 (define a criação de programas para garantia de acessibilidade para as pessoas com dificuldades de locomoção), entre outros.
- **1989 – Lei n.º 7.853** que cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e assegura os direitos básicos dos portadores de deficiência.
- **1996 – Lei n.º 9394.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, notadamente em três artigos, a saber: o 4 (trata do atendimento, preferencialmente, no ensino regular), o 58 (serviços de apoio, oferecidos em classes, escolas ou serviços especializados, incluindo o ensino infantil de 0 a 6) e o 59 (trata das adaptações curriculares, visando o desenvolvimento de todas as possibilidades de aprendizagem do aluno no sentido de oferecer também oportunidade para que ele conquiste uma “terminalidade” nos seus estudos, mesmo que seja específica para que possa favorecer a inserção no mercado de trabalho).
- **1998 –** É lançado os **Parâmetros Curriculares Nacionais** do Ministério da Educação que fornece as estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais no que tange às **Adaptações Curriculares**.

- **2001 – Plano Nacional de Educação.** Ele explicita a responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e Municípios na implementação de sistemas educacionais que assegurem o acesso e a aprendizagem significativa a todos os alunos.
- **2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) n.º 02.** A resolução n.º 02 ratifica a importância de que todos os alunos podem aprender juntos numa escola de qualidade.
- **2001 - Decreto n. 3.956** de 8 de outubro que reconhece a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência.
- **2002 – Lei nº. 10.436.** Ela reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos e o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua.
- **2002 – Portaria nº. 2.678.** Esta portaria aprova as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação em todo o território nacional.
- **2007 – Decreto 6.094.** Implementa o Plano de Desenvolvimento da Educação, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial e o compromisso com a educação para todos, viabilizando a garantia do acesso, da permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades



educacionais especiais dos alunos, bem como fortalece o ingresso desses nas escolas públicas.

- **2008 – Decreto 6.571.** Trata do atendimento educacional especializado. Tem a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. Consolida e altera as ações já existentes voltadas à educação inclusiva. No dia 23 de setembro de 2009 o ministro da educação assinou parecer que homologa o referido decreto.

Poderíamos citar para você um número imenso de leis, mas elegemos algumas que consideramos mais importantes. Pesquise no link <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cec/publicacoes.html> e você encontrará uma série de leis e comentários que enriquecerão as suas informações acerca dos direitos legais das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Para Saber Mais...

Documento base da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

Acesse o texto na íntegra no sítio a seguir: <http://www.mec.gov.br>

4. As diferentes nomeações do outro e o conceito de Necessidades Educacionais Especiais

A história da Educação Especial nos mostra que ao longo do tempo estivemos preocupados em encontrar a terminologia correta para nomearmos o outro. Hoje, porém, percebemos que esta é uma preocupação que diz mais da necessidade legal e ilusória de acharmos que assim poderíamos encontrar as condições adequadas para considerar a singularidade inerente a cada pessoa no processo educativo.

Agora defendemos também uma ética inclusiva, que requer mudanças, que vão além dos conceitos e de meras definições do sujeito. Em se tratando da identificação dos alunos com necessidades educacionais especiais, já utilizamos as mais variadas terminologias, entre elas:

- .excepcionais;**
- .pessoas deficientes;**
- .pessoas portadoras de deficiências;**
- .pessoas portadoras de necessidades especiais;**
- .pessoas portadoras de necessidades educativas especiais;**
- .pessoas com necessidades especiais.**
- .pessoas com necessidades educacionais**

Segundo SASSAKI (2005) o termo “excepcionais”, por exemplo, foi muito utilizado nas décadas de 50, 60 e 70 para designar pessoas com deficiência intelectual, mas também para designar pessoas talentosas, extraordinárias. Assim, o termo passou a referir-se tanto às pessoas com deficiência como as consideradas muito inteligentes (pessoas superdotadas ou com altas habilidades e gênios) quanto às pessoas com inteligência lógico-matemática abaixo da média, dando origem aos termos “excepcionais positivos” e “excepcionais negativos”, de raríssimo uso.

4.1. A construção do conceito Necessidades Educacionais Especiais

No trabalho publicado no livro *Mídia e Deficiência*, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância e da Fundação Banco do Brasil (Brasília, 2003, p. 160-165) Romeu SASSAKI descreve as diversas nomeações do outro e comenta sobre estas e outras terminologias utilizadas para nomear as pessoas hoje, consideradas, do ponto de vista educacional, com necessidades educacionais especiais.

Para saber mais...

O Livro *Mídia e Deficiência* está disponível no sítio http://www.andi.org.br/_pdfs/Midia_e_deficien

O conceito operativo tripartido “DDD”, por sua vez, afirma que haveriam três categorias. Elas são descritas como A, B ou C, apenas por uma questão didática e não têm nenhuma relação valorativa entre si. Trata-se de diferentes possibilidades de estar na escola, só isso. Vamos ver quais são (SOUZA et RODRIGUES, 2007, p. 29):

- **Categoria A (Deficiências)** – abarca os alunos cujas Necessidades Educacionais Especiais decorrem de uma causa orgânica ou biológica identificada (ex.: surdos);

- **Categoria B (Dificuldades)** – abarca os alunos cujas Necessidades Educacionais Especiais não parecem residir numa causa orgânica, nem num fator de desvantagem social (ex.: superdotados, problemas de comportamento ou disléxicos);

- **Categoria C (Desvantagens)** – abarca os alunos cujas Necessidades Educacionais Especiais decorrem de fatores socioeconômicos, culturais ou lingüísticos (ex: quilombolas ou indígenas).

Trazemos a você também um conceito mais amplo, mas ao mesmo tempo restrito no espectro que segue:

Chamamos Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais, intelectuais, psíquicas, bem como altas habilidades e superdotação, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente, e que de alguma forma, na interação dinâmica com os fatores sócio-ambientais, resultem em necessidades singulares no ambiente escolar.

Como você percebeu, se enquadram neste conceito, as deficiências, logo a expressão Necessidades Educacionais Especiais não é sinônimo de deficiência em todos os casos, mas abrange além de algumas deficiências, outras condições singulares.

Pense neste conceito como um grande guarda-chuva, cujos aros representam as mais diversas nuances encontradas na sua composição.

Nenhum aro é mais ou menos importante que o outro e todos precisam ser olhados a partir da sua especificidade.

4.2. O Conceito de Necessidades Educacionais Especiais nos diferentes dispositivos legais brasileiros

O Conceito de Necessidades Educacionais Especiais no Brasil também tem passado por uma evolução que se encontra demarcado nos dispositivos legais e que, como nos mostra a história mundial da deficiência, refletem o momento histórico e político em que vivemos, considerando as pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência, atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas.

Podemos constatar que cada vez mais vamos avançando na conquista dos direitos individuais dessas pessoas, entretanto ainda registramos dificuldades na garantia desses direitos. Isso nos indica a necessidade de estarmos sempre atentos ao movimento da sociedade em busca dessas garantias.

Nesse sentido julgamos importante, ampliar e socializar aqui o que trazem dois dos documentos mais importantes que temos: a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 e a Política da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de janeiro de 2008, ambos do Ministério da Educação.

O primeiro, a **Resolução nº 2 do MEC, de setembro de 2001**, nos traz um novo conceito tripartido que vem sendo utilizado em alguns países da Europa como, por exemplo, Portugal: Esta Resolução afirma em seu Artigo 5:

“Considera-se educandos com Necessidades Educacionais Especiais, os alunos que durante o processo educacional, apresentarem:

I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes”.

O segundo e mais recente “A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva **do MEC/SEESP, “amplia o conceito de necessidades educacionais especiais, que passa a ser amplamente disseminado a partir da Declaração de Salamanca (buscar o link para a declaração), ressalta a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social, chamando a atenção do ensino regular para o desafio de atender as diferenças.**

Esta política assume a perspectiva da Educação Inclusiva e orienta que a educação especial passe “a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os **alunos com:**

- **deficiência** - aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade”;

- **transtornos globais de desenvolvimento** – aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo”. Incluindo nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil;

- **altas habilidades/superdotação** - aqueles alunos “que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade

e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Naturalmente você deve estar buscando compreender todos esses conceitos e orientações, e em que isso pode ajudar na construção de uma posição frente às diversas interpretações dadas ao conceito de necessidades educacionais especiais e como elas estão postas no nosso Sistema Educacional, especialmente, no que diz respeito a educação de jovens e adultos. As perspectivas trazidas aqui nos ajudam a ampliar a nossa visão sobre o conceito de necessidades educacionais especiais e nos apontam para a necessidade de ficarmos atentos e disponíveis, psíquica e politicamente, para somarmos novas construções a ele, especialmente, na nossa prática pedagógica.

5. Estratégias de Adaptações na Escola Inclusiva

A intervenção pedagógica sobre as necessidades educacionais da pessoa com deficiência requer diferentes perspectivas nos procedimentos a serem utilizados. A estratégia de intervenções pedagógicas deve levar em conta as informações sobre as diversas características dos alunos e as necessidades educacionais especiais delas decorrentes. Deve levar em conta não só a pessoa, mas principalmente o meio em que ela vive. Nesse sentido, uma cadeira de rodas, por exemplo, pode capacitar uma pessoa com deficiência física a se locomover e um comunicador eletrônico pode permitir-lhe uma comunicação mais ampla. Com esses instrumentos a pessoa com deficiência física poderá realizar todas as atividades como as demais pessoas, ainda que de forma diferente, sem a necessidade de grandes alterações no currículo.

O mais importante mesmo é que olhemos a pessoa com deficiência a partir das suas possibilidades, procurando não se deixar levar pelas aparências das dificuldades que são mais visíveis, buscando identificar os meios e criar as condições para o seu desenvolvimento e inclusão social. Vale ressaltar a contribuição que as novas tecnologias podem oferecer a essas pessoas

favorecendo meios e mecanismos de acesso à informação, ao conhecimento e à interação social.

Cada aluno tem peculiaridades no seu processo de aprendizagem e para atendê-las é necessário, às vezes, fazer ajustes e adaptações no currículo regularmente proposto para os diferentes níveis da escolaridade, de forma a garantir as condições (respostas educacionais) que lhes são necessárias para acessar o conhecimento disponível como qualquer um de seus demais colegas.

A adaptação curricular é toda adaptação que se realiza para atender às necessidades educacionais de um determinado aluno ou de um grupo que apresenta singularidades em relação aos seus colegas para ter acesso ao currículo estabelecido de modo geral. Para pôr em prática uma ação educativa inclusiva e capaz de atender às necessidades educacionais dos alunos é necessário desenvolver estratégias de intervenções pedagógicas mais específicas que assegurem uma melhor qualidade do ensino, levando em conta as necessidades individuais de cada aluno em sua sala de aula e visando conferir maior eficácia a todo o processo de aprendizagem.

Algumas dessas estratégias compreendem ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc. A essas, denomina-se **Adaptações Curriculares de Grande Porte**. Outras, compreendem modificações menores, de competência específica do professor. Elas constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula. A essas, então, se denomina **Adaptações Curriculares de Pequeno Porte**.

5.1. - As Adaptações de Grande Porte

As Adaptações Curriculares de Grande Porte, por alguns autores consideradas significativas, são ajustes cuja implementação depende de decisões e de ações técnico-político-administrativas, que extrapolam a área de ação específica do professor, e que são da competência formal de órgãos

superiores da Administração Educacional Pública. (MEC.2007). Estas adaptações curriculares, portanto, estão caracterizadas como respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais.

Segundo o MEC (2007) elas visam garantir o **acesso** ao Currículo, a **participação** integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar, que deve ser **tão comum quanto possível, porque considera o atendimento de suas peculiaridades e necessidades especiais**, no processo de elaboração dos instrumentos legais institucionais de definição da política educacional adotada e que devem constar do Plano Municipal de Educação, do Projeto Pedagógico da Escola e por fim do Plano de Ensino do Professor.

5.2 - As Adaptações de Pequeno Porte

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, identificadas também como adaptações não significativas, são **modificações promovidas no currículo, pelo professor**, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros coetâneos. São denominadas de Pequeno Porte ou não significativas porque sua implementação encontra-se no **âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor**, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa, e/ou técnica. (MEC, 2007)

No sistema inclusivo as adaptações de grande e pequeno porte, são igualmente importantes e precisam acontecer de forma articulada, para dar viabilidade as ações de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais em todos os espaços físicos e escolares.

5.3. O Atendimento Educacional Especializado

A nova Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008, estabelece que os alunos com necessidades educacionais especiais realizem a sua escolarização nas salas de ensino comum e que tenham garantidos todos os apoios especializados de que necessitam, por meio do atendimento especializado, indicado para suas necessidades educacionais especiais. Estes serviços deverão ser realizados por profissionais de diversas áreas do conhecimento e que estarão organizados e disponibilizados para o aluno nas salas de recursos multifuncionais. Vemos isso na prática quando visitamos o CESAS/DF.

É a disponibilização de serviços e recursos para que as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tenham acesso ao conhecimento escolar. Estes serviços são complementares à escolarizar destes alunos na escola comum.

O que quer dizer complementar a formação do aluno?

Quer dizer que a educação especial é uma modalidade de ensino que oferece serviços e recursos ao aluno. É para o aluno que a educação especial se dedica, eliminando as barreiras impostas pela deficiência.(MEC -2009)

O Atendimento Educacional Especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e atende as especificidades dos alunos com deficiência. É complementar e suplementar a formação do aluno com deficiência, visando sua autonomia e independência(MEC,2008)

Este atendimento está destinado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que são público-alvo da Educação Especial.

5.3.1. A aplicação do Atendimento Educacional Especializado

Para atender o contexto da educação especial e inclusiva é necessário organizar os mais variados serviços para atendimento especializado e específico para as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiências auditivas, visuais, intelectuais, múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades, que estudam nas classes de ensino comum e na EJA.

Considerando as especificidades das demandas da formação de profissionais especializados, os recursos materiais necessários e os atendimentos educacionais especializados estão definidos como atendimento especializado:

Na Surdez:

- ✓ Ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS – L1
- ✓ Ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita – L2
- ✓ Ensino em Libras - Antecipação em língua de sinais de conceitos.
- ✓ Oralização – Fonoaudióloga – entidades conveniadas, saúde
- ✓ Produção e adequação de materiais didáticos e pedagógicos com base na pedagogia visual e na Libras, entre outros.

Na Cegueira

- ✓ Ensino do Sistema Braille.
- ✓ Noções sobre orientação e mobilidade.
- ✓ Orientações sobre atividades da vida autônoma.
- ✓ Uso de ferramentas de comunicação: sintetizadores de voz para ler e escrever via computador.
- ✓ Adaptações em alto relevo.
- ✓ Ensino da técnica de sorobã.
- ✓ Transcrição e adaptação de material em tinta para o Braille.
- ✓ Produção de áudio-livro.
- ✓ Produção de textos escritos em formato digital.

Na Deficiência Intelectual

- ✓ Desenvolvimento de processos mentais/exercício da atividade cognitiva.
- ✓ Aprendizagem: possibilita passar de regulações automáticas para regulações ativas.
- ✓ Possibilita a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber.
- ✓ Refere-se a forma pela qual o aluno trata todo e qualquer conhecimento que lhe é apresentado e como consegue significá-lo, ou seja, compreendê-lo.

Na Baixa visão (diversos tipos e graus)

- ✓ Ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos.
- ✓ Adaptações em tinta.
- ✓ Encaminhamento para avaliação funcional.
- ✓ Estimulação visual.
- ✓ Ampliação de fontes, entre outros.
- ✓ Produção de materiais com contraste visual.
- ✓ Produção de materiais didáticos e pedagógicos adequados ao tipo de visão.

Na Deficiência Física (diversos tipos e graus)

- ✓ Ensino da Comunicação alternativa.
- ✓ Providencia e ensina os recursos de acesso ao computador: ponteira de cabeça, acionadores, entre outros.
- ✓ Adequação e confecção de material pedagógico: engrossadores de lápis, plano inclinado, tesouras adaptadas, entre outros.
- ✓ Providencia o mobiliário adequado: mesas, cadeiras, quadro, entre outros.
- ✓ Aquisição de materiais: quadro magnético com letras imantadas, entre outros.
- ✓ Providencia os recursos de auxílios da vida autônoma.
- ✓ Providencia os recursos de auxílio de mobilidade: cadeira de rodas, andadores, entre outros.

Veja você, todos estes apoios mencionados deverão ser acionados a partir da necessidade educacional demandada pelo aluno e pode acontecer nas mais variadas formas, intensidade e momento da sua vida escolar. Vai depender também das condições do contexto onde se encontra inserido o aluno. A deficiência do aparelho locomotor, por exemplo, por si só não pressupõe nenhuma necessidade de alteração nos objetivos e conteúdos que orientam o processo de ensino-aprendizagem das pessoas que a apresentam, entretanto, determina a necessidade de adequação dos aspectos ambientais e materiais para a sua acessibilidade aos espaços físicos e acesso às aprendizagens do currículo regular.

5.4. A quem se destina, a quem cabe realizar o atendimento educacional especializado e quando deve ser ofertado?

Como já vimos anteriormente, o atendimento especializado, integra a experiência acumulada pela educação especial e se destina a alunos com deficiência física, deficiência mental, surdez, cegueira, baixa visão, surdocegueira, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotados e deve ser realizado por professores e profissionais que atuam na educação especial e tem formação inicial e continuada com formação e conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

Deve ser ofertado sempre que o aluno necessitar de atendimento, produção ou aquisição de materiais como forma de atendimento especializado no período inverso ao da classe comum freqüentada pelo aluno, preferencialmente na própria escola desse aluno ou em outras em que se realize esse serviço educacional.

Integra a esta perspectiva da educação inclusiva a orientação às famílias e professores, com a promoção da formação continuada para os professores do atendimento especializado, igualmente formação dos professores do ensino comum, para que possam identificar, compreender e atender às necessidades educacionais especiais dos seus alunos. O uso e aplicação destes recursos, materiais e equipamentos devem ser orientados, aprendidos e ensinados

É muito importante que todos compreendam a importância do atendimento especializado ofertado ao aluno com necessidades educacionais especiais para que possam contribuir com o processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno. Por fim, é importante oferecer também a formação para a comunidade escolar em geral para favorecer o ambiente e princípio inclusivo como base do Projeto Político Pedagógico da escola.

5.5 - Redes de apoio

A Rede de Apoio é compreendida como a integração e a mobilização dos diversos segmentos envolvidos na dimensão escolar. Ela é primordial para a consolidação da escola inclusiva. Ela é de obrigação e de responsabilidade de todos que estão envolvidos na atividade educativa, ou seja, a comunidade, a família, a escola, os profissionais dos atendimentos complementares:

- Um dos membros dessa rede é o próprio **aluno**. É ele quem vai revelar quais são as suas necessidades, as suas possibilidades, bem como suas habilidades.
- Outro membro é o(a) **professor(a) de referência**, aquele(a) que ensina ao aluno em sala de aula. Ele(a) é responsável por identificar as necessidades educacionais dos alunos e acionar os outros participantes da rede para discutir as questões de flexibilização curricular, de acesso aos ambientes da escola, das atividades e do seu fluxo, bem como as questões relativas à avaliação de aprendizagem e promoção do aluno. Essas ações não são de responsabilidade única e exclusiva deste(a) professor(a).
- A Rede de Apoio é igualmente integrada pela **Equipe de Coordenação Pedagógica e Modalidades de Apoio dos Serviços Especializados**. Esta Equipe é composta pelos professores facilitadores, professores especializados, professores de apoio especializado, que têm uma formação diferenciada e específica para atenderem os alunos

- A **família** dos alunos também compõe a Rede de Apoio e deve ser convidada a participar das decisões e ser parceira da escola para que obtenhamos um resultado mais efetivo.

O esquema a seguir ilustra a forma de interação da rede de apoio na educação inclusiva.

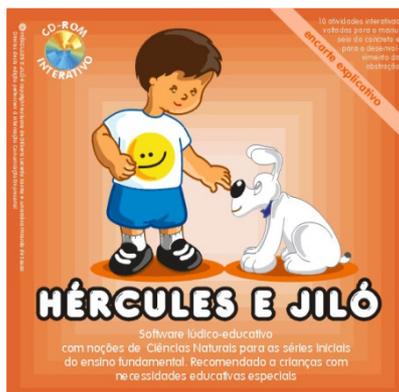


Fonte: adaptado de Corrier, 2003 in Souza et al(2005).

Cabe a escola mobilizar a Rede de Apoio que deve funcionar de forma dinâmica e integrada, considerando a necessidade do cotidiano da escola para que funcione efetivamente e de forma permanente, não só para atender aos alunos nas suas dificuldades em sala de aula, mas também nas necessidades que precedem o seu “estar na escola”. A Rede de Apoio, portanto, vai além das necessidades educacionais do aluno. Ela vai ao encontro do atendimento de suas necessidades específicas.

5.6 - As tecnologias Assistivas e as Ajudas Técnicas

O conceito de Tecnologia Assistiva engloba recursos e serviços com o objetivo de promover ou ampliar habilidades funcionais de uma pessoa com deficiência ou incapacidades por envelhecimento. Visa promover qualidade de vida e inclusão social de seus usuários (MEC,2007.p.7). Envolve uma equipe multidisciplinar e serviços especializados que implicam em estudos de tecnologias e estratégias de ação para seleção e utilização dos recursos adequados às necessidades dos usuários.



Conheça o software educativo “Hércules e Jiló”, que foi construído e recomendado para o trabalho pedagógico com o aluno que apresenta deficiência intelectual. Ele está disponibilizado com software livre no endereço <http://www.fe.unb.br/pesquisas/software/hjilo.zip>, link direto para efetuar o download do software Hércules e Jiló que está armazenado no Portal da Faculdade de Educação da UnB.

É importante notar que no âmbito da educação inclusiva as Tecnologias Assistivas (embora seja um conceito mais abrangente) e Ajudas Técnicas são expressões que se referem aos recursos disponibilizados às pessoas com deficiência para ampliar suas habilidades no desempenho das funções perdidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAM PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders Fourth Edition, text revision(DSM-IV-TR). Washington: American Psychiatric Association, 2000.

ARÁOZ, S.M.M et COSTA. Aspectos biopsicossociais na surdocegueira. In: Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. 14, n.1. Marília: jan/fev, 2008.

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira - integração/segregação do aluno diferente. São Paulo, EDUC, 2004.

COLL, C. (org). Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades especiais e dificuldades de aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2a ed. 3v .2004

CARVALHO, Rosita Edler. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FARREL, Michael. Dificuldades de comunicação e autismo: guia do professor. Trad. de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FONSECA, V. Educação Especial. Programa de Estimulação Precoce - Uma introdução às idéias de Feurstein. 2 a ed . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

- JANNUZZI, G.M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.
- MANTOAN, M. T. E. . A Inclusão Escolar de Deficientes Mentais: Contribuições Para o Debate. Integração, Brasília-DF, n. 19, p. 50-57, 1997.
- _____. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo:Moderna, 2006.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasil. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. MEC, 2008.
- _____. Secretaria de Educação Especial. A inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais – Deficiência Física. Brasília, 2006.
- _____. Secretaria de Educação Especial. EDUCAÇÃO INFANTIL – 4 - Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais – Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem – Deficiência Múltipla. Brasília, 2002.
- _____. Secretaria de Educação Especial. EDUCAÇÃO INFANTIL – Estratégias e orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais – Dificuldades de comunicação e sinalização: surdocegueira/múltipla deficiência sensorial. Brasília, 2006.
- MERESMAN, Sérgio; BONATTO, Daniela do Amaral Mello; NASCIMENTO, Geisa Ferreira; EDMUNDO, Katia Maria Braga (colaboradoras). Escola para Todos. Rio de Janeiro: Cedaps, 2008.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Edit. em inglês por Gard Duveen.Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- PALACIOS, Samuel Gento (org.) Educación Especial. Madrid (ES): SANZ Y TORRES, 2003.
- RAMOS, Rossana; SANSON, Priscila. Na minha escola todo mundo é igual. São Paulo: Cortez, 2004.
- RENZULLI, J. S. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. Educação. Tradução de Susana Graciela Pérez Barrera Pérez. Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 1, p. 75 - 121, jan/abr. 2004.
- SASSAKI, Romeu et al. Mídia e Deficiência. da Agência de Notícias dos Direitos da Infância e da Fundação Banco do Brasil. Brasília, 2003.
- SOUZA, Amaralina M. e RODRIGUES, Fátima L.V. Módulo III : Educação inclusiva. Brasília : Universidade de Brasília, 2007. 69 p.
- SOUZA, Amaralina. RODRIGUES, Fátima L.V. et al. Inclusão: História, conceitos e problematização. Brasília: CFORM:UNB, 2005.
- _____. Trabalhando com as diferenças na sala de aula. Brasília: CFORM:UNB, 2005.
- _____. Educação Inclusiva. (coleção Alfabetização e linguagem). Brasília: CFORM:UNB, 2008.
- VERDUGO, Miguel Angel. Retraso mental. Madrid: Pirámide, 2003.
- VIRGOLIM, Ângela. Altas Habilidades / Superdotação. Encorajando Potenciais. Brasília: Ministério da Educação. Seesp, 2007.
- WHEELER, Linda and GRIFFIN, Harold C.; A movement based approach to language development in children who are deaf-blind. In: American Annals of deaf. December. v.142, n.5, p.387-390, 1997.